



ESCOLA SECUNDÁRIA DE SERPA
FICHA DE AVALIAÇÃO DE HISTÓRIA

HISTÓRIA – 11º ANO

Ano letivo 2025/2026

Versão B

GRUPO I – ABSOLUTISMO E PARLAMENTARISMO: DUAS CONCEÇÕES DO EXERCÍCIO DO PODER NO SÉCULO XVII

DOC. 1 – O PODER DO REI, SEGUNDO LUÍS XIV (1661)

É apenas à cabeça que pertence decidir e resolver, e todas as funções dos outros membros consistem apenas no desempenho das ordens que lhes são dadas. É por isso que eu sempre quis ser informado de tudo, tratando com os ministros estrangeiros (*embaixadores*), recebendo os despachos, e elaborando eu mesmo uma parte das respostas, dando aos meus secretários os assuntos de outros, para que os que desempenham os cargos mais importantes me deem conta dos assuntos, para poder conservar unicamente em mim a minha autoridade. Aquele que deu os reis aos homens (ou seja, Deus) quis que fossem respeitados como seus lugares-tenentes, reservando-se o direito de examinar a sua conduta. A sua vontade é que todo aquele que nasce súbdito obedeça sem contestação [...]. Esta subjugação que coloca o soberano na necessidade de receber a lei dos seus povos é a última calamidade em que pode cair um homem da nossa condição [...]. Por pior que possa ser um príncipe, a revolta dos seus súbditos é sempre infinitamente mais criminosa.

Luís XIV, *Memórias para servirem à instrução do delfim*, 1661.

DOC. 2 – O PODER DO REI, SEGUNDO JONH LOCKE (1689)

A liberdade natural do Homem é não reconhecer qualquer poder na terra que lhe seja superior, e não estar submetido à vontade de ninguém. A liberdade do Homem na sociedade é não estar submetido senão a um poder legislativo estabelecido por um acordo comum no Estado e não reconhecer qualquer autoridade ou lei além da que criou esse poder, de acordo com a missão que lhe foi confiada. É evidente, portanto, que a monarquia absoluta, considerada por alguns como o único governo no mundo, é realmente incompatível com a sociedade civil. O principal fim para o qual os homens se constituem em sociedade é para desfrutar da sua propriedade em paz e segurança. Ou fazer leis nesta sociedade como o melhor meio para atingir esse fim. Por conseguinte, nos Estados, o primeiro e fundamental direito é a lei que estabelece o poder legislativo. E nenhum édito, qualquer que seja a sua forma ou o poder que o sustenta, tem o carácter vinculativo de uma lei, se ele não for aprovado pelo poder legislativo, escolhido e nomeado pelo povo. [...].

John Locke, *Dois Tratados do Governo Civil*, 1689.

1. A afirmação de Luís XIV “Aquele que deu os reis aos homens (ou seja, Deus) quis que fossem respeitados como seus lugares-tenentes, reservando-se o direito de examinar a sua conduta.” refere-se à teoria ... 10 Pontos

- (A) da participação democrática do poder.
- (B) da divisão tripartida do poder.
- (C) da origem divina do poder.
- (D) da origem do poder ditatorial

2. A afirmação de Luís XIV de que “recebendo os despachos, e elaborando eu mesmo uma parte das respostas, dando aos meus secretários os assuntos de outros, para que os que desempenham os cargos mais importantes me deem conta dos assuntos” revela que ... 10 Pontos

- (A) o poder era exercido com recurso à descentralização das decisões governativas e administrativas.
- (B) o poder era exercido com recurso à regionalização das decisões governativas e administrativas.
- (C) o poder era exercido com recurso à partilha das decisões governativas e administrativas.
- (D) o poder era exercido com recurso à burocratização das decisões governativas e administrativas.

3. A afirmação de Luís XIV de que “todo aquele que nasce súbdito obedeça sem contestação” revela a concepção ... 10 Pontos

- (A) de uma sociedade de ordens, do Antigo Regime, com base no privilégio do nascimento e na desigualdade.
- (B) de uma sociedade de classes, da Idade Moderna, com base no mérito, no trabalho individual e na igualdade.
- (C) de uma sociedade de ordens, da monarquia francesa, com base no privilégio do nascimento e na desigualdade.
- (D) de uma sociedade de ordens, do Regime Antigo, com base no privilégio de nobreza, e na igualdade perante a lei.

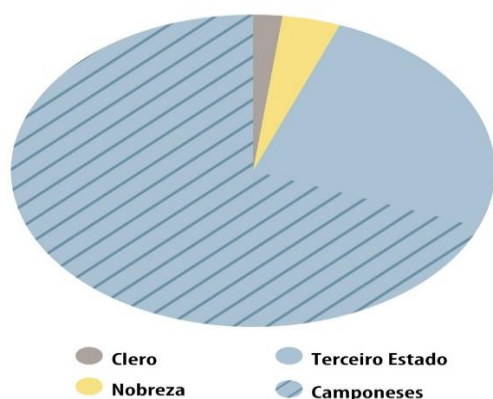
4. John Locke quando afirma que “A liberdade natural do Homem é não reconhecer qualquer poder na terra que lhe seja superior” estava a negar ... 10 Pontos

- (A) o regime da monarquia parlamentar.
- (B) o regime de monarquia constitucional.
- (C) o regime da monarquia absoluta.
- (D) o regime da monarquia feudal.

5. Transcreva um argumento utilizado por John Locke para defender os direitos naturais do Homem. 15 Pontos

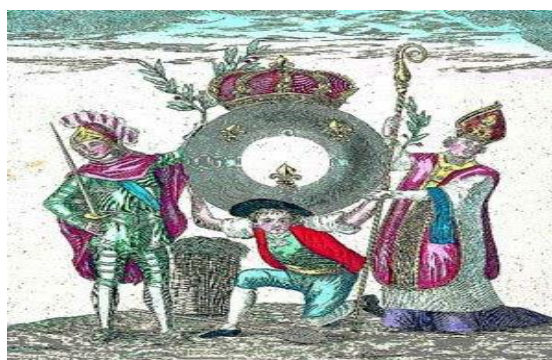
GRUPO II - Composição da sociedade de Antigo Regime

DOC. 1 A composição da sociedade francesa



Peso demográfico dos três estados, na França do século XVIII

DOC. 2 As três ordens



Gravura francesa do século XVIII

DOC. 3 A nobreza de toga



Charles Alexandre, visconde de Calonne, advogado que se tornou Ministro das Finanças do rei Luís XVI, em 1783 (Retrato de Élisabeth-Louise Vigée Le Brun, 1784)

DOC. 4 A nobreza em Portugal

Na nobreza [...] os [filhos] mais novos, uns são destinados a cavaleiros de Malta ou ao exército, outros vão servir o rei nas Índias, onde têm mais rápidos avanços que na Europa, fazendo rapidamente fortuna [...].

Os grandes de Portugal dividem-se em três ordens: a primeira, dos duques, a segunda, dos marqueses, e a terceira dos condes. Nelas o rei escolhe as pessoas que hão de ocupar os principais cargos da corte, da guerra e dos Governos ultramarinos. [...]

Os fidalgos ou grandes de Portugal, na sua maioria, não são muito ricos. Timbram, porém, na magnificência e grande número deles possui soberbos palácios, ricamente mobilados, numerosa criadagem, várias carruagens e muitos cavalos.

César de Saussure (1705-1783), viajante de origem suíça que visitou a corte de D. João V, em *O Portugal de D. João V visto por Três Forasteiros*, Biblioteca Nacional, 1983

1. Explique, partindo do Doc. 1 e apresentando três aspetos, a posição assumida pelo Terceiro Estado na gravura reproduzida (Doc. 2). 15 Pontos

2. Indique a designação atribuída pela historiografia aos nobres que, em Portugal, “vão servir o rei nas Índias [...] fazendo rapidamente fortuna” (Doc. 4). **10 Pontos**

3. Desenvolva, a partir dos documentos 1 a 4, o seguinte tema: **30 Pontos**
Uma sociedade assente no privilégio.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três aspetos de cada um dos seguintes tópicos de referência:

características gerais da sociedade de ordens;
estatuto da nobreza;
particularidades da sociedade portuguesa.

4. Durante os séculos XVII e XVIII, foram introduzidas reformas significativas nos órgãos de governo, que permitiram estruturar o aparelho burocrático do Estado absoluto português. **15 Pontos**

Ordene cronologicamente os factos que se seguem.

Escreva, na folha de resposta, a sequência correta das letras,

- a) Última reunião das Cortes.
- b) Fim da administração filipina.
- c) Reforma das Secretarias de Estado.
- d) Reorganização da administração central por D. João IV.

GRUPO III — Dois sistemas de governo

DOC. 1 A essência da monarquia, segundo Jaime I (século XVII)

Os reis são chamados deuses pelo profético rei David porque o seu trono representa a vontade de Deus na Terra e a Ele devem dar contas da forma como exercem a sua administração. [...] As obrigações e a lealdade do povo para com o seu rei legítimo, a obediência que lhe deve, são-lhe prestadas como lugar-tenente de Deus na Terra, obedecendo às suas ordens em todas as coisas [...] reconhecendo-lhe o poder que Deus lhe deu sobre todos, o poder de todos julgar e de só ser julgado por Deus [...]. Deve temer-se o rei como se teme o juiz e amá-lo como se ama um pai. [...]

Os monarcas foram os criadores das leis, não foram as leis que criaram os monarcas. No Parlamento – que nada mais é do que uma reunião do rei com os seus vassalos – os súbditos apenas solicitam as leis, que o rei faz a seu pedido. Porque, enquanto o rei faz diariamente decretos e outras ordenanças que entende fazer, nenhum parlamento tem o poder de fazer qualquer tipo de leis sem que o rei as autorize, dando-lhes força de lei. [...] Um bom rei deve agir de acordo com as leis, embora apenas lhes esteja sujeito para dar bom exemplo aos seus súbditos. [...] O rei, relativamente ao povo, é, com razão, comparado a um pai e à cabeça de um corpo com diversos membros.

Jaime I, rei de Inglaterra entre 1603 e 1625, *A Verdadeira Lei das Monarquias Livres*

DOC. 2 O sistema de governo inglês, visto por Voltaire (século XVIII)

Os ingleses, sempre que podem, gostam de se comparar aos antigos [cidadãos] romanos. [...] Mas há uma diferença essencial entre Roma e Inglaterra, que resulta em favor desta última: é que, enquanto as guerras civis romanas tiveram como fruto a escravidão, as de Inglaterra tiveram como resultado a liberdade. A nação inglesa é a única sobre a Terra que conseguiu limitar o poder dos reis, resistindo-lhes, e que, passo a passo, conseguiu por fim estabelecer um governo sábio em que o príncipe, todo-poderoso para fazer o bem, tem as mãos atadas para fazer o mal; onde os senhores são grandes sem serem insolentes e sem terem vassalos e onde o povo partilha o governo sem desordem.

A Câmara dos Pares e os Comuns são os árbitros da nação e o rei supervisiona-as. Este equilíbrio faltava aos Romanos: os grandes e o povo estavam sempre desavindos sem que houvesse um poder mediador que pudesse conciliá-los.

Foi difícil, sem dúvida, estabelecer a liberdade em Inglaterra. Foi num mar de sangue que os Ingleses afogaram o ídolo do poder despótico. Mas os ingleses não sentem ter pago caro de mais as boas leis que possuem. [...]

Os franceses acham que o governo desta ilha [da Inglaterra] tem sido mais tumultuoso que o mar que a rodeia, e é verdade; mas isto aconteceu quando o rei começou a tempestade, quando se quis tornar dono de um navio do qual não é senão o primeiro piloto.

Voltaire, filósofo francês, *Cartas de Inglaterra*, 1734

1. Apresente, com base no Doc.1, três características do absolutismo. **15 Pontos**
2. Compare as duas perspectivas sobre o sistema de governo expressas nos Doc. 1 e 2, quanto a três aspetos em que se opõem. **25 Pontos**
3. Associe os monarcas que constam da coluna A às frases que lhes correspondem na coluna B. **15 Pontos**

Escreva, na folha de respostas, as letras e os números correspondentes. Utilize cada letra e cada número apenas uma vez.

Coluna A	Coluna B
A- Carlos I B- Luís XIV C- D. João V	1. Reforma das Secretarias de Estado, em 1736. 2. Modelo europeu do absolutismo régio. 3. Restauração da monarquia em Inglaterra. 4. Proclamação da independência face a Castela. 5. Dissolução do Parlamento e tentativa de governo absoluto.

4. Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos relativos à consolidação do parlamentarismo em Inglaterra. **20 Pontos**

Escreva, na folha de respostas, a sequência correta das letras:

- A)** Governo de Cromwell
- B)** Revolução Gloriosa
- C)** Restauração da monarquia
- D)** Guerra civil entre os partidários do rei e os partidários do Parlamento
- E)** Declaração dos Direitos FIM